
16:04 AGRONEGÓCIO: CRA TERÁ NOVA OFERTA PÚBLICA APÓS SUCESSO DA 1ª EMISSÃO

São Paulo, 13/08/2012 - Após negociar 100% dos R\$ 85,5 milhões em Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) para pessoas físicas e outros R\$ 4,5 milhões para a Bunge, no último dia 2 de agosto, a securitizadora Octante, emissora dos títulos, prepara uma nova oferta pública dos títulos para dezembro. "Diante do sucesso e da procura em 150% da oferta, vamos fazer uma nova emissão pública em dezembro, mas não podemos dar detalhes por ainda estarmos em período de silêncio", disse Fernanda Mello, diretora da Octante. Criados em 2004, os CRAs são títulos de financiamento do agronegócio, nessa operação para a soja, cuja emissão pode ser privada ou pública. As ofertas privadas são restritas ao investimento de R\$ 1 milhão e a um grupo de, no máximo, 20 investidores. Nesta primeira oferta pública do País - comandada pela Octante, tendo a Syngenta como agente administrativo e a Bunge como investidora - 211 pessoas físicas adquiriram os 285 CRAs, com investimento de R\$ 300 mil por título.

O resgate dos CRAs está previsto para agosto de 2013, com remuneração de 109% do CDI, e, segundo a executiva, pode ser prorrogado automaticamente a partir de junho do próximo ano, caso os compradores entreguem os chamados lastros de garantias. Esses lastros são, por exemplo, Cédulas de Produto Rural (CPRs), Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCAs), ou ainda contratos de soja com preços travados na bolsa. "Caso a renovação seja feita, o vencimento será em junho de 2014", explicou.

O diretor de commodities da BM&FBovespa, Ivan Wedekin, citou justamente a participação de outros agentes da cadeia da soja na garantia futura dos títulos para o sucesso da empreitada. Ele avaliou a emissão pública dos CRAs como uma "operação espetacular". "Distribuidores (de insumos) originaram CPRs físicas e CDCAs e criaram um lastro, o que financiou efetivamente a operação de ponta a ponta", observou Wedekin. O executivo era secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura quando o CRA e o CDCA foram criados, pela lei 11.076, de dezembro de 2004. "Além disso, tivemos na operação dois players globais do agronegócio, a Bunge e a Syngenta", completou.

Wedekin admitiu que a BM&FBovespa já tem conversas com outras securitizadoras para realizar novas ofertas públicas de CRAs. No entanto, o diretor da Bolsa não quis adiantar quais são as companhias. Pela lei que criou os CRAs, as securitizadoras são Empresas de Propósito Específico (EPEs), formadas justamente para operacionalizarem negociações deste tipo.

Apesar do sucesso da operação, o processo de estruturação para a oferta pública dos CRAs demorou dois anos e meio para ser finalizado, segundo Fernanda Mello, da Octante. Na avaliação da executiva, sempre houve uma dificuldade em criar uma ligação entre o agronegócio e o público do sistema financeiro. "É um mercado muito controlado, mas o produto foi muito bem, estruturado, que recebeu rating triplo A", concluiu Fernanda.

Já o diretor financeiro da Bunge Brasil, Marcelo Lessa, afirmou que a participação da companhia "nas duas pontas, como investidor dando suporte com a garantia de recebimento dos grãos", deu credibilidade à operação. Lessa considerou como "longo" o prazo de dois anos para o vencimento dos títulos e ainda avaliou que os CRAs possam ter o mesmo caminho dos CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários), títulos que dão grande liquidez ao mercado imobiliário. "Se olharmos pelo mercado imobiliário, a demanda grande democratizou os CRIs. Espero que isso ocorra com o sucesso dessa operação", concluiu.

(Gustavo Porto - gustavo.porto@estadao.com)